

Lélia e Paulina: uma conexão libertária de discursos feministas em Brasil e em Moçambique

Hilma Ribeiro de Mendonça Ferreira¹  0000-0002-2593-5940

¹Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. 20261-005 – cap@uerj.br



ref

Resumo: No presente artigo, analiso possíveis semelhanças nos discursos presentes em Niketche: uma história de poligamia (CHIZIANE, 2021) e nas questões levantadas por Lélia Gonzalez (2020) acerca do racismo e do sexismo no ensaio "Racismo e sexismo na cultura brasileira". Isso tendo em vista que no "texto", objeto dos quais partem os sentidos experienciados pelas práticas humanas, vê-se semelhanças em intenções para mudança de postular práticas sociais de opressão de gênero, de classe e de raça, tanto em solo brasileiro quanto em Moçambique. A opressão de gênero em Niketche... e as questões sexistas e racistas estudadas por Lélia Gonzalez compõem uma semelhança social nos dois países, podendo conferir uma "linha geográfica comparativa" de práticas de abusos sócio-históricos sofridos por mulheres africanas, bem como de suas diásporas.

Palavras-chave: Mulheres negras; Sexismo; Racismo; Poligamia.

Lélia and Paulina: A Libertarian Connection of Feminist Speeches in Brazil and Mozambique

Abstract: In this article, I analyze possible similarities in the discourses present in Niketche: uma história de poligamia (CHIZIANE, 2021) and in the issues raised by Lélia Gonzalez (2020) about racism and sexism in the essay "Racismo e sexismo na cultura brasileira" (Racism and sexism in Brazilian culture). Bearing in mind that the "text" is the object from which the meanings experienced by human practices originate, there are similarities in intentions to change the social practices of gender, class and race oppression, both on Brazilian soil and in Mozambique. The gender oppression in Niketche... and the sexist and racist issues studied by Lélia Gonzalez, make up a social similarity in the two countries, and can confer a "comparative geographical line" of practices of socio-historical abuse suffered by African women as well as their diasporas.

Keywords: Black women; Sexism; Racism; Polygamy.

Lélia y Paulina: una conexión libertaria entre los discursos feministas de Brasil y Mozambique

Resumen: En este artículo, analizo posibles similitudes en los discursos presentes en Niketche: uma história de poligamia (CHIZIANE, 2021) y en las cuestiones planteadas por Lélia Gonzalez (2020) sobre racismo y sexismo en el ensayo "Racismo e sexismo na cultura brasileira" (Racismo y sexismo en la cultura brasileña). Teniendo en cuenta que el "texto" es el objeto a partir del cual se originan los significados experimentados por las prácticas humanas, existen similitudes en las intenciones de cambiar las prácticas sociales de opresión de género, clase y raza, tanto en suelo brasileño como en Mozambique. La opresión de género en "Niketche..." y las cuestiones sexistas y racistas estudiadas por Lélia Gonzalez, configuran una similitud social en los dos países, y pueden conferir una "línea geográfica comparativa" de las prácticas de abuso socio-histórico sufridas por las mujeres africanas, así como por sus diásporas.

Palabras clave: Mujeres negras; Sexismo; Racismo; Poligamia.

Introdução

A partir do olhar da mulher negra em sua construção discursiva, Lélia González propõe que, para além da já conhecida perspectiva socioeconômica, relacionada à pobreza e à construção racista/classista, existia uma lacuna da dimensão humana de um real “autorreconhecimento” da mulher negra. Para essa tomada de consciência, Gonzalez enquadra, dentro do discurso sobre o conceito de mulher negra, a real noção que a constrói: a mulher negra, no Brasil, é alguém altamente sexualizado e racializado. A partir dessa premissa, proponho uma análise linguística que pressupõe enquadrar a construção feita por Gonzalez e que pode ser importante para o entendimento do ponto de vista da autora sobre o conhecimento de quem seja esse indivíduo: a mulher amefricana brasileira.

Se em Gonzalez vemos o condicionamento da mulher negra brasileira ao racismo e ao sexismo, a condição de mulher negra moçambicana, em Paulina Chiziane, parte da visão de gênero numa sociedade poligâmica, em que as mulheres casadas estão à serviço da procriação e da subordinação ao patriarcado, sobretudo ao refletir sobre o povo do sul de Moçambique, onde a cultura da poligamia ainda prevalece. A mulher está presa ao casamento e às relações conjugais poligâmicas do marido, ou seja: serve ao marido, às outras mulheres, e é subjugada a convivências que não quer, sem poder manifestar seu desejo.

Ambas as dimensões podem mostrar uma construção de discursos das duas autoras, que se vale de teses sobre a autoimagem da mulher negra no Brasil e em Moçambique,¹ que as pensadoras pretendem traçar para, sobretudo, denunciar e desfazer as opressões que as constroem. Para dar conta de traçar o perfil autoral de ambas as autoras, uma análise dos seus discursos é importante.

Isso ocorre a partir da intencionalidade, campo de estudos linguísticos que pressupõe mostrar, advindo de uma base material, o que pretende ser admitido do ponto de vista imaterial, ou seja: o que se pretende a partir do que está posto no texto/na fala, intencionalmente. Pretendo, com essa premissa, analisar o tipo de ponto de vista construído pelo pensamento de Lélia e de Paulina, que muito representam a mulher negra no Brasil e em Moçambique. A mulher, em ambas as perspectivas, para além da opressão própria de gênero, é construída ou é “tornada” mulher apenas na perspectiva conceitual de práticas opressivas.

É nessa medida que o suporte linguístico adotado, a análise gramatical do texto, dentro dos estudos da Pragmática, de John Austin, pode acolher uma dimensão feminina importante e em paridade nos dois países. De acordo com esse autor, que fundamentou a “Teoria dos Atos de fala”, sobrepõe-se o fato de que muito mais agimos do que proferimos sentenças a partir dos usos linguísticos.

Dentro desse campo de estudos, a linguagem é sempre vista como ação, pois nós queremos, nos contextos de uso da língua/da linguagem: convencer, instruir, declarar, expor, narrar, argumentar a partir do que falamos. Ou seja: a linguagem se propõe às ações e às necessidades humanas e, por isso, a palavra está muito pouco relacionada ao simples “dizer”, mas, sobretudo, se propõe a “significar” (AUSTIN, 1990; 1975).

Com vistas de dar conta dessa tarefa: a de mostrar o contorno dado à mulher a partir das duas autoras, recorto, dentro da imensa produção linguística de ambas, dois textos: O artigo “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (GONZALEZ, 1984) e o romance *Niketche: uma história de poligamia* (CHIZIANE, 2021) para, em dois fragmentos capitais, elucidar as noções do feminino dimensionadas pelas construções sociais da mulher nas autoras. Faço, para uma contextualização sociológica, uma visita ao pensamento de autores como Abdias Nascimento e Grada Kilomba e, para fins da proposta de análise da linguagem, uma exposição da Teoria dos Atos de fala, de Austin.

Breve apresentação de Lélia e Paulina

Lélia Gonzalez foi uma escritora, militante do movimento negro. Eram comuns as suas idas às ruas para falar com a população sobre as questões que permeiam o negro na sociedade. Foi professora de Filosofia, formada na antiga Universidade da Guanabara, e, muito especialmente, lecionou no que viria a ser o atual Colégio de Aplicação da UERJ na década de 1960. Dessa forma, Gonzalez, além de intelectual e humanamente consciente, uma vez que esteve em contato com as diferentes realidades que permeiam as salas de aula da Educação Básica, se tornou referência nos estudos de gênero, raça e classe.

Em seus textos, falou sobre Filosofia, Economia, História e Sociedade, construindo formas para se pensar acerca do que “vêm a ser” classe, raça e gênero; a autora conseguiu construir

¹ O uso da preposição “em”, no título do artigo, sem o determinante no sintagma “em Brasil”, é provocativo, pois gostaria de ressaltar que, ao usarmos a neutralidade, assim como no sintagma “em África”, demonstramos a pluralidade de não existir apenas “uma África”, já que são vários os países africanos. No nosso caso, existem dois ou mais “Brasis”: o preto, o não preto, o pardo, o do homem branco, o do homem negro, o da mulher branca, o da mulher negra... cada um com seu lugar social muito bem definido e de onde não há mobilidade para outros espaços sociais.

uma leitura do negro no Brasil em diferentes planos. Exemplo disso é a construção proposta por ela em seu capítulo “O movimento negro na última década” (GONZALEZ; Carlos HASENBALG, 2022; 1982), em que mostra aspectos econômicos e socioculturais na construção social do negro no Brasil.

A autora escreveu dezenas de ensaios e é uma das grandes referências nacionais dos estudos sobre raça, classe e gênero, sendo, junto com Nascimento (2016), principal geradora de noções que quebraram o paradigma da falsa “democracia racial”, como difundido por Gilberto Freyre (2019). Gonzalez antecipou uma noção importantíssima nos estudos raciais: a interseccionalidade, ao falar sobre a condição de “gênero” da mulher negra aliada à condição de “raça”. Essa noção é cunhada por Kimberlé Crenshaw (2013) mas, em solo não estadunidense, portanto, não reconhecida no contexto intelectual “oficial mundial”, e ainda tem em si o fato de conduzir a primazia de reflexões sobre a mulher negra que não podem ser encontradas fora do eixo Estados Unidos/Europa. Quanto a isso, Angela Davis fez a seguinte pergunta no SESC Pinheiros “Por que vocês precisam buscar uma referência nos Estados Unidos? Eu aprendo mais com Lélia Gonzalez do que vocês comigo” (DAVIS, 2019). Esse perfil inovador garante, portanto, à Gonzalez, um espaço singular – não apenas nos estudos sobre a mulher negra, mas, de um modo mais ampliado, sobre o entendimento do que vem a ser a construção sociológica do “Brasil real”.

Paulina Chiziane é uma autora de romances e de ensaios. Importante ativista do movimento negro em sua juventude, participou ativamente do cenário político de Moçambique na Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique). Foi a primeira mulher a publicar um romance em Moçambique, *a Balada de amor ao vento*, em 1990 (CHIZIANE, 2022). Escreveu, após esse primeiro romance, mais outros nove. Além disso, é ensaísta e autora que vem sendo estudada nas diferentes disciplinas de Língua e Literatura de Língua Portuguesa, tanto na Educação Básica quanto no Ensino Superior, muito especialmente no Brasil. Isso torna Chiziane uma referência, assim como Gonzalez, para a análise dos contextos sociais, tendo em vista que o estudo de Língua/Literaturas é, antes de tudo, o estudo das atividades humanas em contexto.

Quanto à produção literária de Chiziane, muito dela vem de sua história familiar e estudantil. Quando criança, foi criada em um ambiente familiar com apenas uma mãe e seu pai, ou seja, conheceu o que é um casamento não poligâmico, teve oito irmãos e, aos seis anos, saiu do campo para receber educação formal em escola católica, longe do campo e num ambiente urbano do qual não gostou. Tentou ser desenhista, mas a preocupação com o contexto de gênero de Moçambique não foi favorável a esse sonho (o artista não era bem visto), contudo, ao começar a descrever o que via, conseguiu alcançar o desejo de ser uma artista da palavra, por assim dizer.

Nas palavras dela,

à medida que ia crescendo, ia contemplando os fundamentos da existência humana, cada dia com maior profundidade. Observava o labor dos seres humanos, o seu sacrifício, os homens que morriam sem nunca terem conseguido realizar os seus sonhos. Encontrava uma grande contradição entre o mundo que me rodeava e o mundo que residia no meu íntimo. Senti necessidade de desabafar. Desabafar lavando nas águas do rio, como fazia a minha mãe, já não fazia parte do meu mundo. As cantigas na hora de pillar não eram suficientes para libertar a minha opressão e projectar a beleza do mundo que sonhava construir. Comecei a escrever as minhas reflexões (CHIZIANE, 2013, p. 200).

Gonzalez possuía, portanto, uma peculiaridade: nasceu artista, e sua vivência política num contexto familiar menos opressivo para o gênero feminino a firmou como autora romancista em um país cujo domínio da arte da palavra era/é masculino.

Tanto Gonzalez quanto Chiziane têm em comum o engajamento ante a opressão de gênero e, sobretudo, uma entrada no contexto político como ativistas dos direitos humanos. Uma foi direcionada para o ambiente acadêmico, enquanto a outra, pelos fatores sociais sobre os quais ela se debruça em seus romances, engajou-se a partir da literatura. Em ambos os discursos, algo em comum: a dimensão de convocação para uma “tomada de atitude”, para “o despertar social” contra as opressões contra a mulher negra, em solos afrocentrados.

Uma proposta teórica interdisciplinar

Tendo em vista a natureza híbrida e interdisciplinar da questão a ser analisada no presente artigo, ela possui uma parte social e um contraponto linguístico: a fundamentação teórica adotada parte de um ponto de vista social, ou seja, o do trato da mulher negra em dois países, por duas autoras que falam a partir de um viés sociológico/filosófico do conceito de gênero, que despertam um debate feminino peculiar: o lugar social da mulher negra. Para além disso, existe uma ancoragem da visão das autoras numa esfera da descrição linguística, pois, já que o objetivo do presente artigo é caracterizar os seus discursos, torna-se necessária uma certa perspectiva/linha teórica do modo de concepção da linguagem. Para dar conta dessa tarefa

de análise do pensamento das duas autoras, parto das questões científicas em duas grandes “linhas teóricas”, que acolheram conceitos que considero primordiais para o ponto de vista da análise que proponho: levantar semelhanças entre o conceito/o pensamento designador da mulher aqui e em Moçambique.

Quanto aos aspectos relacionados à Sociologia, para Nascimento, autor para quem o negro é “assassinado” de várias formas distintas, há um dimensionamento de que a opressão de gênero é um tipo de genocídio dos desejos, da felicidade e da humanidade das mulheres negras. Essa leitura é possível nos dois recortes discursivos: aqueles feitos por Gonzalez e por Chiziane. E, quanto à necessidade de escolha de uma vertente que dê conta da linguagem, do discurso sobre o feminismo nos dois países, a visão da Pragmática dos atos de fala de Austin pode ser viés de acolhimento da descrição das intenções pressupostas pelas autoras.

De acordo com esse autor, a linguagem é, acima de tudo, “ação” sobre a realidade, de modo que, ao pronunciarmos uma sentença, por exemplo, pretendemos agir nos interlocutores, a fim de modificar algo/alguém por meio da linguagem.

Primeiramente, vamos visitar uma possível abordagem social para uma “teoria feminista de solos africano/afrodiáspórico”, com base na dimensão dos tipos de “genocídio negro”, elencados por Nascimento, na medida em que Gonzalez e Chiziane fazem profundas colocações sobre a mulher negra em suas questões existencialistas mais legítimas. Também, nesse primeiro momento, apresento breves considerações que convergem à dimensão de Nascimento, de modo a reforçar a importância social e a necessidade de acolhimento de um “olhar feminista” que dê conta das questões apresentadas pelas autoras.

Aspectos importantes consideradas por Nascimento, que constituem o que ele denomina como um “processo de racismo mascarado” no Brasil desvelam tipos de genocídios das mais diferentes formas: tanto da morte do corpo em si, quanto da extinção de outros elementos identitários relacionados ao indivíduo negro. Nessa perspectiva, a negação da identidade por conta de “manipulações e interpretações estatísticas segundo os interesses das classes dirigentes” (NASCIMENTO, 2016, p. 93) já corrobora a supressão existencial do negro no Brasil. O autor cita que a declaração racial vem a ser, para ele, uma questão de “apagamento identitário”, pois, ainda que o Brasil seja o segundo maior país negro do mundo, ficando em segundo lugar apenas atrás da Nigéria (NASCIMENTO, 2016, p. 103), as considerações sobre quem entra na “paleta de cores” pode ser uma forma de mascarar uma democracia racial. Para Nascimento, no Brasil, os “pardos”, por serem menos escurecidos, seriam considerados brancos e estariam inseridos no grupo dominante. Entretanto, ele cita as estatísticas que mostram uma falácia que mascara o tipo de opressão dos indivíduos não retintos e salienta o engano da democracia racial no Brasil.² Nascimento cita Diegues Jr. ao mencionar que “no Brasil, mesmo mestiço que tenha alguma coisa, pequena ou grande, de sangue negro ou índio, mas não apresente aparência física de um desses grupos, já é considerado branco” (Manoel DIEGUES JR., 1997, p. 121).

Nascimento também cita Freyre para falar da suposta democracia racial, ao mostrar que “os portugueses obtiveram êxito em criar não só uma altamente avançada civilização, mas de fato um paraíso racial nas terras por eles colonizadas tanto na África como na América” (p. 49). Entretanto, os índices de morte, que são veiculados nas mídias oficiais com a maciça e esmagadora população afrodiáspórica, protagonizando os mais terríveis modos de morte até outros condicionantes, como a negação da religião/da cultura negra, confirmam a tese de Nascimento.

Quanto à negação cultural da religião dos pretos, ela é a única a ser demonizada, sobre as torturas para fazer o cabelo “desencrespar”, com processos químicos/uso de altas temperaturas pelas mulheres negras, e denunciam, segundo o autor, formas de genocídio do indivíduo negro: a religião/aparência originais precisam ser extintas e conferem, por isso, um racismo mascarado em terras brasileiras – o processo, aqui, é diferente do americano, que teve leis abertamente segregacionistas.

Se, por um lado, o negro, no Brasil, é assassinado de diferentes formas, a não aceitação da mulher negra enquanto ser humano corresponde a uma das formas mais cruéis desse genocídio. Isso vai ao encontro do que defendem Gonzalez e Chiziane, na medida em que a “humanidade” da mulher negra é negada, pois a figura da mulher é vista ou apenas num viés sexista/racista ou ela é vista apenas enquanto suplantada pela poligamia. Em ambos os casos, a felicidade da mulher em hipótese alguma é considerada e tais distorções causam sua “morte simbólica”.

Rapidamente, é válida a consonância do texto “Memórias da plantação”, em que Kilomba (2020) defende as diferentes formas de retirada da subjetividade de pessoas negras, sendo uma delas o silenciamento, na medida em que, especialmente, o que a mulher negra fala ou deseja

² Uma mulher parda de cabelos alisados é considerada branca, ainda que sua história de vida e de oportunidades seja idêntica a de mulheres retintas, por exemplo. Um homem pardo e de cabelos menos encrespados igualmente é considerado branco, ainda que as estatísticas mostrem que as oportunidades de escolarização/de trabalho digam o contrário. Muitos brasileiros não retintos morrem sem se dar conta de que não são brancos e de que, mais do que isso, não têm as mesmas oportunidades de atingimento de sua dignidade.

é escutado apenas pela boca do marido. Para tanto, ela cita a metáfora da “pira indiana” de Gayatri Chakravorty Spivak (2023), em que ela explica a subalternidade/a inexistência da voz da mulher negra, pois, quando o marido morre, sua voz se cala. Essa ausência de subjetividade ocorre em *Niketche...*, pois o romance mostra que a mulher, no casamento poligâmico, apenas existe e fala enquanto esposa e mãe.

Existe a consonância do que ocorre com a mulher negra na análise de Gonzalez, já que ela apenas existe enquanto mucama, mãe preta ou mulata. Em ambos os casos, não há reconhecimento de suas subjetividades e nem de sua humanidade. Antes de ser um indivíduo, ela é genderizada/racializada em contextos específicos, sendo vista, apenas, a partir de categorizações sociais impostas.

Para finalizar essa parte “sociológica”, dois contrapontos importantes. O primeiro, vindo do sociólogo Jessé Souza (2022), ao afirmar que, ao fundar o Brasil, o racismo criou uma “gramática” de humilhações, subalternidades e, mesmo, de “ausência do espírito” dos sujeitos negros. Isso porque a arte, a apreciação, a capacidade intelectual e a chancela de “poder falar” são competência apenas do branco. Para ele, essa “gramática” se aplica também à mulher. Isso porque as duas formas de opressão ocorrem pelo mesmo “modus operandi”, ou seja: a opressão de gênero/de raça retira da mulher/do negro a sua humanidade.

E, ao finalizar, termino mostrando a importância da visão de Gonzalez e que também se aplica à Chiziane sobre dimensões não hegemônicas do pensamento e da literatura descolonizadoras. Vale mencionar o que diz Flávia Rios para Dindara (2023) sobre Gonzalez:

A universidade era marcada pela presença de intelectuais brancos muito voltados para a produção europeia e norte-americana e a Lélia Gonzalez era uma pensadora que estava preocupada com os pensadores africanos, negros brasileiros, feministas latino-americanas, autores do Caribe, ou seja, tudo aquilo que não estava na grande produção brasileira, que também cria esse obstáculo epistemológico por parte da própria universidade.

O excerto da fala de Rios pode aferir a relevância de Gonzalez e também de Chiziane para uma nova perspectiva de percepção da mulher negra: o pensamento africano e afrodiaspórico como norte para novas perspectivas de autoimagem da mulher. E tais considerações das autoras podem ser fomentadoras de um vislumbre de acesso ao pensamento sobre a mulher de maneira libertadora. Ambas as autoras criam dimensões dentro dos Estudos Sociais ou dentro da Literatura e da Arte para desfazerem um pensamento hegemônico e eurocentrado sobre a mulher, podendo tal pensamento ser aplicado a mulheres não negras, inclusive.

Se, por um lado, a questão do apagamento existencial da mulher negra nos contextos brasileiro e moçambicano pode ser mensurado numa dimensão teórica social, a orientação discursiva para análise das obras de Chiziane e Gonzalez pode ser desvelada a partir do conceito da linguagem como forma de ação. Nesse caso, a linguagem é instrumento usado para “performatizarmos” papéis no mundo, de modo a nos adequarmos às situações comunicativas e a agirmos sobre os nossos interlocutores, procurando modificar o nosso exterior.

A Teoria dos Atos de fala se insere no campo dos estudos pragmáticos e estipula que, a partir de diferentes categorias de atos de fala, a linguagem modifica o mundo. Nesse sentido, a gramática, o texto ou o discurso podem ser analisados à luz das intenções dos seres humanos quando desejam provocar ações no seu interlocutor/no contexto exterior à linguagem. Por exemplo, ao enunciarmos uma frase, podemos, com isso, “impor”, “sugerir”, “narrar fatos”, “argumentar” ou “instruir”. As tipologias de um texto, categorias maiores do que a palavra, a frase ou o período, podem ser vistas ao equiparmos as sequências desse texto aos atos de fala menores, dentro desse texto. Uma frase pode possuir, por isso, muitas intencionalidades, sempre dentro das possibilidades de leitura/de análise de seu uso contextualizado.

O foco da Teoria dos Atos de fala é mostrar a relação entre as bases material e intencional, o que pode ser viés de uma análise da linguagem que parta da representação linguística e das possibilidades intencionais dessa representação, que, por isso, possui: a) a parte material – o ato locucionário –, ou seja, o que é proferido em um código linguístico; b) a parte intencional – o ato ilocucionário, que é a parte imaterial, o que é pretendido pelo falante/produtor em sua intenção de uso do que foi proferido e, por fim, c) o resultado do que foi proferido e do que foi intencionado, ou – o ato perlocucionário –, que decorre do efeito, no interlocutor da mensagem, da intencionalidade contida no plano do ilocucionário. O propósito de uso da linguagem está relacionado, portanto, às necessidades humanas dos indivíduos de realizar atividades, o que se coaduna completamente ao pensamento bakhtiniano, ao postular que a linguagem está a serviço das necessidades de interação do homem de modo que, apenas por meio dela, conseguimos realizar nossas atividades e dar conta de nossas necessidades.

O uso discursivo da língua por Gonzalez e por Chiziane, à luz da Teoria dos Atos de fala, dimensiona lugares sociais, categorias existenciais e potenciais dimensões filosóficas sobre a mulher, pois, de acordo com as intenções dos atos de fala contidos em seus discursos, vislumbramos “lugares socialmente impostos”. Por exemplo, quando lemos o excerto de Gonzalez:

[a] figura da “mãe-preta”, [essa figura] na verdade surge da equivocação (Lacan, 1979). Exatamente essa figura para a qual se dá uma colher de chá é quem vai dar a rasteira na raça dominante. É através dela que o “obscuro objeto do desejo” (o filme do Buñuel), em português, acaba se transformando na “negra vontade de comer carne” na boca da moçada branca que fala português. O que a gente quer dizer é que ela não é esse exemplo extraordinário de amor e dedicação totais como querem os brancos e nem tampouco essa entreguista, essa traidora da raça como querem alguns negros muito apressados em seu julgamento. Ela, simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: quem é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe pra dormir, que acorda de noite pra cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. Enquanto mucama, é a mulher; então “bá”, é a mãe (GONZALEZ, 1983, p. 235).

Vemos que, no excerto, há uma exposição de uma reflexão sobre a figura da mãe preta, que pode ser lida da seguinte forma: “a mulher negra é a verdadeira mãe do Brasil”. Nessa leitura intencional, podemos fazer as seguintes constatações sobre essa mulher: a) cuidou dos filhos brasileiros; b) soube lidar tanto com seus donos, os brancos, quanto com os seus irmãos negros; c) tomou o lugar da branca, que apenas possuiu um papel biológico. Nesse caso, o ato de fala que afirma quem é a “mãe brasileira” pode ser interpretado como um “macroato”, de acordo com a intencionalidade de Gonzalez, que é a de criar uma categoria feminina a partir do que profere como verdade. Dessa forma, o seu ensaio “Racismo e sexismo na cultura brasileira” pode ser interpretado como instrumento discursivo para ela agir sobre os seus interlocutores, de modo a convencer sobre a aplicabilidade de sua categorização; ou seja, todo o excerto possui como intenção um ato denominado “diretivo”, que é aquele que sugere/impõe algo para ser assimilado pelos interlocutores, em acolhimento do que é sugerido/imposto.

Quanto aos tipos de atos de fala, existem categorias que configuram cinco tipos de atos que, no nível ilocucionário/no nível da intencionalidade, têm como natureza: a) fazer asserções, b) direcionar, c) se comprometer, d) emitir uma emoção e, e) declarar mudança, apenas pelo uso da palavra. Esse último tipo de ato de fala foi o primeiro estudado por Austin, quando o autor verificou que, por exemplo, a declaração de um juiz pode tornar duas pessoas casadas. Esse tipo “declarativo” pode ser comprovado quando observamos que quando alguém enuncia uma frase como “está aberta a sessão”, sendo essa pessoa uma autoridade juridicamente capaz, a sessão, de fato, é aberta. Nesses casos mais latentes/aparentes, vemos que, pela palavra, há mudança exterior.

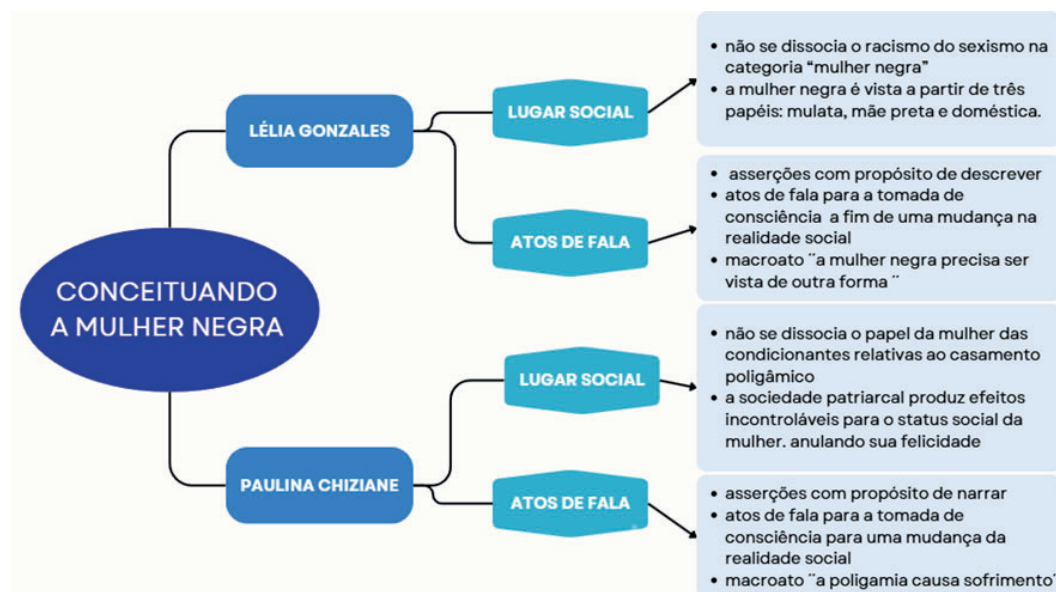
Essas considerações são capazes de dar conta, no caso de Gonzalez, de mostrar que ela pretendia agir de modo a recategorizar a mulher negra por meio de descrições e de exposições. E, por outro lado, no caso de Chiziane, a partir da escrita de um romance, de defender quão nociva é a prática da poligamia para uma sociedade. Veja a seguinte possibilidade de aplicação da Teoria dos Atos de fala na análise de um fragmento de *Niketche: uma história de poligamia*:

Fiz-vos um grande favor, registem isso. Dei-vos o estatuto. Fiz de vocês mulheres decentes, será que não entendem? São menos cinco a vender o corpo e a mendigar amor pela estrada fora. Cada uma de vocês tem um lar e dignidade graças a mim. Agora querem controlar-me? (CHIZIANE, 2021, p. 123).

Se, em Gonzalez, vemos que o ato diretivo faz a defesa de uma categorização da mulher negra vista por sua maternidade, sua raça e seu sexo, no excerto de Chiziane, temos uma outra perspectiva de leitura de seu discurso, a partir das possibilidades descritivas da Teoria dos Atos de fala. Por se tratar de um romance, o texto é, portanto, registrado a partir da análise de um narrador ou uma narradora, sendo o ponto de vista defendido correlato ao ponto de vista da pessoa discursiva. Na citação, temos a seguinte questão discursiva: Tony, o marido da personagem principal, Rosa Maria ou Rami, defende o seguinte pensamento, que pode ser resumido no ato de fala assertivo “mulheres são decentes apenas se são casadas”, e essa leitura configura o tipo de configuração do pensamento machista da sociedade poligâmica, que tem no homem a redenção da mulher. No caso do romance, embora conte uma história, ou seja, é a trajetória humana de personagens, o tipo linguagem estética/artística pode articular a dimensão de discurso de defesa feminista de Chiziane, pois todo o romance é feito de denúncias de opressão.

Tendo em vista a Teoria dos Atos de fala, podemos resumir as seguintes hipóteses para leitura de Gonzalez e de Chiziane:

No resumo do quadro, a conceituação da mulher negra parte de lugares socialmente predispostos e, a partir desses lugares, a leitura dos dois textos, com asserções e descrições, majoritariamente, configura-se hipótese para a “tomada de consciência”, tanto aqui no Brasil, quanto em Moçambique, dos efeitos causados pelo racismo, pelo sexismo e pela poligamia. Ambos os textos são, portanto, preponderantemente, de embate feminista.

Figura 1 – Conceito de mulher negra a partir da análise de ambas as autoras

#PraTodoMundoVer A imagem possui um título central com fundo azul, com o dizer “Conceituando a mulher negra”. Em seguida, ele se bifurca para os nomes de Lélia Gonzalez e Paulina Chiziane, também em azul. Em Lélia Gonzalez há outra bifurcação que descreve a visão da mulher e os atos de fala. Em Paulina Chiziane, ocorre o mesmo movimento de bifurcação. Em seguida, há quatro partes, uma de cada item, descrevendo as frases que conceituam os atos de fala e a visão da mulher nas duas autoras.

Metodologia de análise

Para o recorte que proponho: o da configuração de vozes discursivas feministas em duas autoras que falam sobre a mulher negra, o caminho de análise teve como premissa a leitura dos dois textos, a leitura de estudiosos da sociedade, a leitura de uma vertente para a análise da linguagem.

Nesse caso, passei pela seguinte forma de construção analítica. Primeiramente, fiz a seleção do que analisar, e, sobretudo, de como analisar os dois textos. Isso foi questão importante, na medida em que todo o romance e todo o ensaio continham questões muito relevantes para serem exploradas não cabendo, num único artigo, o cotejo/a análise desses fragmentos. Assim, optei pelo seguinte caminho: escolher dois excertos fundamentais do pensamento das autoras para, a partir deles, mostrar suas possibilidades intencionais de leitura.

Sobre o ato de fala assertivo e sua possibilidade de análise, podemos fazer a consideração de que, ao postular que dizer e significar são coisas distintas, Austin agrega algo importante ao estudo da linguagem: palavras e ações são coisas diferentes. Posso dizer “bom dia” e, a partir dessa simples proposição, estar cobrando sair para tomar sol, por exemplo, ou seja: agindo para convencer meu interlocutor. Vários exemplos como esse são lidos em literaturas que estudam a pragmática na linguagem (LEVINSON, 2007). Interpretar “bom dia” pode estar relacionado ao pedido para sair e ver o dia, nesse caso.

Segundo tal perspectiva, a interpretação de asserções, tanto no romance, quanto no ensaio, se torna algo inerente à intencionalidade das duas autoras, que, ao fazerem asserções para narrar ou para expor, assumem um posicionamento subversivo da lógica social vigente. Vejamos dois exemplos de como ocorre essa associação no romance e no ensaio, para fins da descrição de minha análise discursiva.

Cerramos as nossas bocas e as nossas almas. Por acaso temos direito à palavra? E por mais que a tivéssemos, de que valeria? Voz de mulher serve para embalar as crianças ao anoitecer. Palavra de mulher não merece crédito. Aqui no sul, os jovens iniciados aprendem a lição: confiar numa mulher é vender a tua alma. Mulher tem língua comprida, de serpente. Mulher deve ouvir, cumprir, obedecer (CHIZIANE, 2021, p. 133).

No excerto, o ato assertivo que descreve o motivo de existência da condição de falar da mulher “Voz de mulher serve para embalar as crianças ao anoitecer. (...)” pode ser interpretado a partir de muitas intencionalidades. Entretanto, tendo em vista o caráter autoral de Chiziane e sua vivência, não podemos fugir da necessidade de engajamento e subversão do sistema opressivo poligâmico. Nesse caso, a fala de Tony, no excerto, pode ser lida como “Mulher só serve para

cuidar de criança", o que é confirmado na asserção seguinte, "Palavra de mulher não merece crédito". Parece um pleonasmo dizer o que já está posto, entretanto, como estou mostrando o tipo de entorno caracterizador da leitura do romance enquanto ato político de engajamento contra opressão de gênero, o ato assertivo e sua intencionalidade, no nível ilocucionário diretivo, se tornam fundamentais para a construção e para a análise da linguagem no presente artigo.

Se, em Chiziane, temos uma dimensão estética, com a construção de uma narrativa que fala da vida de uma família poligâmica, em Gonzalez, a questão fundamental de seu discurso é outra: a autora deseja configurar uma categoria de mulher para desfazer o entendimento errôneo dessa categorização, legado de toda uma história pautada na escravização de seres humanos e da marginalização desses brasileiros.

É por essa via que dá pra entender uma série de falas contra o negro e que são como modos de ocultação, de não assunção da própria castração. Por que será que dizem que preto correndo é ladrão? Ladrão de quê? Talvez de uma onipotência fálica. Por que será que dizem que preto, quando não caga na entrada, caga na saída? Por que será que um dos instrumentos de tortura utilizados pela polícia da Baixada é chamado de "mulata assanhada" (cabo de vassoura que introduzem no ânus dos presos)? Por que será que tudo aquilo que o incomoda é chamado de coisa de preto? Por que será que ao ler o Aurélio, no verbete negro, a gente encontra uma polissemia marcada pelo pejorativo e pelo negativo? Por que será que "seu" Bispo fica tão apavorado com a ameaça da africanização do Brasil? Por que será que ele chama isso de regressão? Por que vivem dizendo pra gente se por no lugar da gente? Que lugar é esse? Por que será que o racismo brasileiro tem vergonha de si mesmo? Por que será que se tem "o preconceito de não ter preconceito" e ao mesmo tempo se acha natural que o lugar do negro seja nas favelas, cortiços e alagados? (GONZALEZ, 1984, p. 237-238).

No excerto, Gonzalez traduz o que constitui "a ocultação do racismo brasileiro", que se coaduna muito ao pensamento de Nascimento sobre o processo de racismo mascarado. No início do excerto, a frase "dá pra entender uma série de falas contra o negro e que são como modos de ocultação, de não assunção da própria castração" pode ser interpretada como um ato de fala assertivo que explica o porquê do movimento de preconceito contra o negro ser algo velado. Nessa perspectiva, o ato de fala pode ser lido no nível ilocucionário como "o racismo no Brasil não pode ser exposto" e isso é confirmado na medida em que: negros, se correndo, são "ladrões"; a "mulata assanhada", em sua perversão, é associada ao indivíduo negro, de modo que o lugar social do negro está normalizado na sua relação com o perverso, com o cruel e com a malignidade. O ato ilocucionário "não se pode mostrar o preconceito no Brasil" pode ser lido no excerto, que está, na perspectiva da desumanização do indivíduo negro, tal como afirma Kilomba, plenamente acolhido pelos brasileiros de todas as cores.

O fato de que negros podem não ter dignidade, habitando em "cortiços", tal como apontado na história e na literatura, em "favelas" e em "alagados", sequer causa sentimento de espanto, muito pelo contrário; em Gonzalez, essa condição não causa qualquer engajamento do Brasil como nação. Isso pode, ainda, justificar a tese que defendo no título desse artigo, de que o Brasil não é um só, mas são muitos.

Tendo construída a descrição da associação da teoria com um viés para análise dos excertos, trago, em seguida, dois fragmentos "capitais": um de Gonzalez, em que categoriza o tipo de pensamento comum sobre o conceito de mulher, e outro de Chiziane, sobre a história da poligamia. Como afirmei, seria impossível, num único artigo, analisar as diferentes e complexas questões sobre o feminino nos dois textos, muito menos nas duas autoras, que têm várias obras publicadas, portanto, escolhi os fragmentos para procurar um "crivo" analítico da base do pensamento das duas autoras.

Análise

Nessa seção, o primeiro excerto de "Racismo e sexismo na cultura brasileira" acolhe o tipo de dimensão socialmente aceita do quem vem a ser "a mulher negra brasileira" e o segundo, de *Niketche...*, mostra a construção da poligamia no Norte e no Sul de Moçambique, como algo a ser pensado no tecido social do país. Seguem os excertos que serão analisados, em seguida.

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. Consequentemente, o lugar de onde falaremos põe um outro, aquele que habitualmente nós vínhamos colocando em textos anteriores. E a mudança foi se dando a partir de certas noções que, forçando sua emergência em nosso discurso, nos levaram a retornar a questão da mulher negra numa outra perspectiva. Trata-se das noções de mulata, doméstica e mãe preta (GONZALEZ, 1984, p. 224).

Esse fragmento está posto após uma narrativa importante, que abre o artigo "Racismo e sexismo na cultura brasileira": há um convite para pessoas negras irem a uma festa em que

brancos falariam sobre elas. Há várias situações em que negros são postos “à margem” na festa; na própria mesa para a qual são convidados a estar não encontram lugar e ficam atrás dos brancos. No final, uma confusão causada pela insatisfação dos negros “estraga a festa”. E, após essa fala, Gonzalez analisa a forma definidora para o lugar em que nós, mulheres negras, somos definidas, a partir de algumas reflexões sobre raça, que ela não desvincula de classe e de gênero.

Nesse fragmento, a assertiva inicial tem como sujeito oracional “o lugar em que nos situamos”, que traduz a essência do pensamento de Lélia: a partir do nosso “lugar social”, teremos determinado conhecimento/desconhecimento do racismo/sexismo existente na sociedade. Nessa interpretação, o racismo e o sexismo são condicionados ao nosso lugar social. Poderíamos, portanto, ler essa assertiva inicial como uma condicional: “se estamos em determinado lugar, interpretamos o duplo fenômeno do racismo e do sexismo como tal coisa” que, por conseguinte, pode ser lida como configuradora do seguinte ato diretivo: “apenas no lugar social tal se interpreta o racismo/sexismo”, importante tese de Gonzalez defendida no artigo.

A autora, então, propõe que a questão racista/sexista assume status de patologia, pois, logo em seguida, postula no texto que o racismo é “uma sintomática neurose cultural brasileira”, sendo esse sintagma nominal, que tem como núcleo o substantivo “neurose”, aferidor de que o Brasil é um país culturalmente doente, cuja neurose tem como sintoma a postura histórica racista/sexista. Ao longo do discurso, a causa do sofrimento sociocultural da mulher negra é o legado de uma dupla condição: do racismo, por ser negra, do sexismo, por ser mulher; dentro do escopo social, quando também traz para o texto o termo “efeitos violentos”, há o sintagma nominal que reforça o domínio dessa “neurose”.

Ao assumir o “lugar” dimensionado pelo estado patológico de nossa cultura, o ato assertivo é constatador do estado social em que vivemos: “mulheres negras são adoecidas pela patologia social a que são submetidas” e, a partir dessa constatação, podemos dimensionar uma outra ação diretiva (injunção): “a causa de nossa doença é consequência de uma neurose social!”, que deu margem para uma segunda hipótese: a dicotomia racismo/sexismo não daria conta de dimensionar o que significa ser mulher negra no Brasil. Constatamos, assim, que “certas noções” levaram a assumir “mulher negra” como uma outra coisa. Algo deveria ser incluído no discurso e, por isso, algumas noções foram “forçadas” a entrar na produção discursiva da autora. Nesse caso, o ato assertivo produzido pela oração “forçando sua emergência em nosso discurso” explica que houve uma necessidade de mudança de foco de análise. Gonzalez, então, modifica o tema: deixa de falar sobre uma figura feminina – apenas – para jungir três figuras em uma: a mulher, a mãe preta, a mulata, na análise do racismo/sexismo, ao final do parágrafo.

Vejamos agora o segundo excerto, de Chiziane:

Poligamia é o destino de tantas mulheres neste mundo desde os tempos sem memória. Conheço um povo sem poligamia: o povo macua. Este povo deixou as suas raízes e apoligamou-se por influência da religião. Islamizou-se. Os homens deste povo aproveitaram a ocasião e converteram-se de imediato. Porque poligamia é poder, porque é bom ser patriarca e dominar. Conheço um povo com tradição poligâmica: o meu, do sul do meu país. Inspirado no papa, nos padres e nos santos, disse não à poligamia. Cristianizou-se. Jurou deixar os costumes bárbaros de casar com muitas mulheres para tornar-se monógamo ou celibatário. Tinha o poder e renunciou. A prática mostrou que com uma só esposa não se faz um grande patriarca. Por isso os homens desse povo hoje reclamam o estatuto perdido e querem regressar às raízes. Praticam uma poligamia tipo ilegal, informal sem cumprir os devidos mandamentos. Um dia dizem não aos costumes, sim ao cristianismo e à lei. No momento seguinte, dizem não onde disseram sim, ou sim onde disseram não (CHIZIANE, 2021, p. 81).

O excerto foi extraído do capítulo 11, em que Rami, a personagem principal, faz reflexões sobre a poligamia. As mulheres moçambicanas são impostas a esse destino “desde os tempos sem memória”, ou seja, a adesão das mulheres é indiferente ao seu direito/querer. A declaração inicial sobre a prática da poligamia surge de um ato assertivo: há uma designação sobre “poligamia” – “o destino de tantas mulheres neste mundo desde os tempos sem memória”. Aqui, a força ilocucionária pode ser vista a partir da concentração, dentro do predicador “destino” e seu grande determinante: “de tantas mulheres neste mundo desde os tempos sem memória”, que localiza o tipo de comprometimento de todo o gênero feminino no sistema poligâmico. A asserção pode ser assumida, nessa frase, como condicional e, nesse caso, um “macroato injuntivo” pode ser lido da seguinte forma: “muitas das mulheres, ao longo dos tempos/espacos, têm que se enquadrar no sistema poligâmico”.

Após a primeira fala de Rami, dois contrapontos importantes sobre a cultura entre os gêneros em Moçambique são postos: quem não era originalmente poligâmico e quem era. As consequências socioculturais detectam, na sua base intencional, considerações importantes para a análise discursiva contida no fragmento. Isso porque existe um tom argumentativo ao mencionar o povo macua, na medida em que, remetendo à questão histórica da origem da poligamia, a força intencional da narração acolhe em si, também, a leitura do posicionamento da narradora: já que houve uma ‘oportunidade’ gerada pela religião, o macua “apoligamou-

se/islamizou-se". Com isso, a narrativa inicial "Este povo deixou as suas raízes e apoligamou-se por influência da religião. Islamizou-se." pode ser lida, para além dos efeitos da "contação de história", como argumentativa, quando poderíamos assumir o seguinte macroato de fala: "a religião fez o povo abandonar sua cultura original, monogâmica". Nessa perspectiva, no discorrer da narração, o ato assertivo 'poligamia é poder' surge e sua colocação pressupõe uma proposição que, para além de ser descritiva: sujeito + verbo de ligação + predicativo = "isso é aquilo", confere a tese central da dimensão do patriarcado no discurso autoral de Chiziane: ter muitas esposas é ser poderoso (e gera consequências).

Na segunda parte desse trecho, Rami começa a contar a história de seu povo, tradicionalmente poligâmico, mas que, por conta da religião, "tentou" ser monogâmico. No fragmento "Conheço um povo com tradição poligâmica: o meu, do sul do meu país", é interessante ver como o uso da primeira pessoa verbal e do pronome pessoal possessivo em primeira pessoa acolhe o intimismo na narrativa. Nesse caso, outro aspecto importante na escrita autoral de Chiziane aparece: a diferenciação dos povos do Norte e do Sul. A distinção dos povos de Moçambique quanto ao papel da opressão de gênero no casamento/na sociedade decorre muito da distinção pressuposta pela dicotomia sul/norte. E, nesse caso, poderíamos ler a assertiva "Conheço um povo com tradição poligâmica: o meu, do sul do meu país" com a seguinte força ilocucionária de contraponto: "há um povo tradicionalmente polígamo em contraponto ao povo do norte". Se essa leitura é feita, a opção pelo poder advém da ambição/da crença pelo divino. Isso porque a negação do poder é destacada na assertiva "Inspirado no papa, nos padres e nos santos, disse não à poligamia (...)" quando o advérbio "não", verificador do "não desejo", traduz o macroato "a religião é ambicionada, na medida em que os santos/divindades podem mudar um povo para negar o poder natural dado pela poligamia".

Entretanto, esse "poder" doado pela religião é burlado na medida em que, ao optar por uma poligamia não oficial, o homem nascido no Sul é novamente polígamo e, nesse sentido, o ato assertivo "No momento seguinte, dizem não onde disseram sim, ou sim onde disseram não" mostra como uma intencionalidade narrativa da denúncia pode ser vista a partir da inconstância e volubilidade do homem do Sul: quando quer poder, opta por ser ou não polígamo, dependendo da sua sede de poder. Essa assertiva pode ser lida como performativo o ato diretivo "o homem anula ou afirma a poligamia e a igreja de acordo com o seu querer!".

Por fim, ao afirmar "A prática mostrou que com uma poligamia tipo ilegal, informal sem cumprir os devidos mandamentos (...)", podemos inferir a leitura de que a tradição do povo do Sul, em realidade, não era totalmente negativa e, embora opressora da mulher do Sul, seguia algumas regras.

Considerações finais

Para além do lugar comum do sofrimento do racismo do sexismo, da opressão numa sociedade poligâmica, os discursos de Gonzalez e de Chiziane constituem exemplos de não aceitação de sofrimentos impostos historicamente à mulher, tanto no Brasil quanto em Moçambique. Aqui, em solo brasileiro, um processo de racismo mascarado é denunciado ao analisarmos a categorização de mulher negra que se sobrepõe à figura da mãe, da doméstica e da mulher negra sexualizada. Já em Moçambique, a utilização da poligamia como manutenção do poder pelo homem mostra como o legado do patriarcado serve para manter a mulher em um lugar social em que ela é refém. Essas leituras podem ser possíveis ao lermos o romance ou lermos o ensaio. Contudo, procurei mostrar como uma análise linguística pode destrinchar exatamente de que forma as palavras podem ser lidas na perspectiva da intencionalidade e da mudança pretendida no mundo exterior à linguagem. E é nessa perspectiva que a Teoria dos Atos de fala possibilita mostrar as intenções de duas mulheres que não aceitaram o jugo histórico do racismo ou do patriarcado, mais do que isso, comprovaram a necessidade de se desfazerem condições sociais historicamente impostas. A linguagem, vista como ação no mundo, é, acima de tudo, uma forma de abrir os olhos para o que está por trás dos sentidos, sendo o impacto dessas leituras elemento de combater as opressões e de redirecionar as atividades humanas, tal como elas precisam ser.

Referências

- AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- AUSTIN, John Langshaw. *How to do things with words*. Cambridge: Harvard University Press, 1975.
- CHIZIANE, Paulina. *Balada de amor ao vento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- CHIZIANE, Paulina. *Niketché: uma história de poligamia*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2021.

CHIZIANE, Paulina. "[Testemunho] Eu, mulher... Por uma nova visão do mundo". *Abril: Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana-NEPA UFF*, v. 5, n. 10, p. 199-205, 2013.

CRENSHAW, Kimberlé. "Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics". In: MASCHKE, Karen. *Feminist legal theories*. New York: Routledge, 2013. p. 23-51.

DAVIS, Angela. *A Liberdade é uma Luta Constante*. YouTube, 2019. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=7Lff8ScaF1Y>

DIEGUES JR, Manoel. "A África na vida e na cultura do Brasil". *Revista do IPHAN*, v. 25, p. 11-27, 1997.

DINDARA. "Referência negra, Lélia Gonzalez não é reconhecida como deveria no Brasil?". *Terra*, 2023. Disponível em https://www.terra.com.br/nos/referencia-negra-lelia-gonzalez-nao-e-reconhecida-como-deveria-no-brasil,51afe5401404a933bb0770f6531a0caad2ieb5ul.html?utm_source=clipboard.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. São Paulo: Global, 2019.

GONZALEZ, Lélia. "Racismo e sexismo na cultura brasileira". *Revista Ciências Sociais Hoje*, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. (Coleção 2 pontos, volume 3)

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.

LEVINSON, Stephen C. *Pragmática*. Tradução de Luís Carlos Borges e Aníbal Mari. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva, 2016.

SOUZA, Jessé. "A gramática do racismo". Jessé Souza. YouTube, 2022. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=GUEU75eKUYI>. Acesso em 28/08/2024.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. "Can the subaltern speak?". In: CAIN, Peter; HARRISON, Mark. *Imperialism*. London: Routledge, 2023. p. 171-219.

Hilma Ribeiro de Mendonça Ferreira (hilma.ferreira@uerj.br; hilmaribeirouerj@gmail.com) é doutora em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atualmente, é professora associada do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira – CAp/UERJ e coordenadora do projeto de extensão "Rodas de leitura Lélia Gonzalez" e "Língua, literatura e cidadania". É orientadora de Iniciação Científica no projeto "Intersecções teóricas e práticas de Língua, Linguística e Literatura na metodologia de ensino do português".



COMO CITAR ESTE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

FERREIRA, Hilma Ribeiro de Mendonça. "Lélia e Paulina: uma conexão libertária de discursos feministas em Brasil e em Moçambique". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 33, n. 2, e105696, 2025.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY 4.0 International. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em 11/03/2025

Aprovado em 18/03/2025
